

Maquiavel e Morus: inovações e contextos.

Fernando Dos Santos Modelli¹

1. Introdução:

A intenção do artigo é explorar os autores Maquiavel e Morus a partir da sua crítica ao humanismo clássico italiano: o problema é entender em que ponto os dois autores pertenciam ao movimento mais amplo do seu tempo e, ao mesmo tempo, o que eles contribuíram de novo para a teoria política que remanesce até os dias de hoje.

A perspectiva adotada é que os autores se tocam na análise do renascimento sobre a capacidade humana. Suas preocupações são influenciadas pelas mudanças no humanismo dos quatrocentos: a era dos príncipes e a incorporação do renascimento italiano pelo norte. Entender o contexto é uma forma de situar a inovação das suas ideias. Espera-se que assim se chegue a um esboço de rascunho sobre a herança política dos dois autores para os dias de hoje: a teoria realista de Maquiavel e a construção de cenários melhores para a sociedade a partir da utopia em Morus.

2. O humanismo florentino.

Florença por todo o século XV teve que lutar contra a presença de déspotas para garantir sua liberdade. A primeira incursão foi feita por Galeazzo Visconti, duque de Milão (SKINNER, 1996, P.91). Após sua morte repentina por febre, seu filho passou a tomar o trabalho do pai fazendo ataques semelhantes até a paz negociada com Cosme de Médici. A mudança na teoria política da época foi entendida como uma reação aos ataques a Florença. Skinner traça esse histórico², com as ressalvas de dois pontos: As ideias tinham fundo medieval e os escritores florentinos estavam ligados com um movimento mais amplo de humanismo petrarquiano desenvolvido no século XIV.

¹ Mestrando em Ciência Política IUPERJ-IESP

² A renascença Florentina (SKINNER, 1996, P.91)

A primeira semelhança dos humanistas com os pensadores medievais está nos papéis de secretários a serviço de cidades e igrejas. Além disso, no plano das ideias havia a importante semelhança de preocupação com os pensadores medievais: a manutenção da liberdade republicana. A diferença central é que os humanistas mudaram o foco dessa preocupação: Ao Invés da preocupação medieval com grupos facciosos facções de grupos, o homem republicano agora era chamado a defender seu ideal cívico pela defesa militar do seu país. Tal ideal republicano defendia tropas nacionais no lugar das mercenárias, vistas como a causa da instabilidade política.

Outro ponto importante é que a riqueza deixou de ser vista como impedimento para república. Ao contrário, ela agora virava um elemento central na prosperidade de Florença; o problema agora para os humanistas dos quatrocentos era a falta de vontade do povo em defender sua liberdade frente a ataques de déspotas.

Os humanistas debochavam do método escolástico como veremos a seguir, mas a sua imagem de liberdade republicana dependia em larga medida de um quadro de ideias traçado anteriormente:

“Embora essa relação entre liberdade e poder seja algo novo, ela resulta com toda a evidência de duas pressuposições que, conforme observamos, já se ressaltavam nos escritos dos ditadores da Idade Média. A primeira é a convicção de que, para se conferir realidade a uma espécie salutar e não corrompida de vida política a prioridade está em aprimorar o espírito publico e a energia dos cidadãos e não em aperfeiçoar a maquina governamental ... A outra pressuposição que os humanistas continuam a aceitar é que o valor de um cidadão não se deve medir pela antiguidade de sua linhagem ou pelo volume de suas riquezas mas, acima de tudo por sua capacidade de desenvolver os talentos que possui”(SKINNER, 1996, P.102)

Os dois pontos são centrais para o entendimento do humanismo em Florença: a defesa da cidade por ideais cívicos e a virtude como mérito maior de vida. Petrarca foi nesse sentido importante para o humanismo porque ressaltou no pensador Cícero o contexto do seu tempo: Ao se perceber como

radicalmente diferente do tempo do pensador romano, Petrarca o colocou no seu próprio contexto ressaltando a retórica na formação da virtude. A filosofia sobre essa perspectiva tinha que ser colocada em relação com o bem público por meio da retórica e o envolvimento com a república: a virtude foi estabelecida como bem a ser atingido. O mais importante dessa mudança está no que ela causa da imagem do próprio homem: ele agora era capaz de lutar contra o destino e tomar controle do acaso.

A visão que os humanistas visavam rejeitar era a de Santo Agostinho, segundo a qual buscar a excelência humana se baseava numa ideia arrogante que ignorava o domínio de Deus sobre os assuntos humanos: “Em sua opinião, se porventura um governante mortal conseguisse desempenhar virtuosamente o seu ofício, esse triunfo não se poderia atribuir a seus poderes próprios, mas “apenas à graça de Deus” ”(SKINNER, 1996, P.112).

Mesmo não alterando a visão religiosa nos seus escritos, os humanistas rejeitaram radicalmente a tese de Santo Agostinho e a substituíram pela ideia que o homem tem a capacidade de controlar seu destino a partir da busca da virtude. A leitura humanista é otimista sobre a condição humana já que coloca no poder do homem conquistar seus obstáculos e o acaso histórico por meio da educação para a virtude.

Na sua busca da antiguidade clássica tais autores retomaram a deusa romana Fortuna que tem poderes devastadores sobre a vida humana. No entanto, a virtude serve de contraponto ideal a tal deusa: “Foi esse paralelo clássico entre virtus e fortuna- junto com a crença de que a fortuna favorece o audaz-que os moralistas da renascença fizeram revigorar” (SKINNER, 1996, P.116). A consequência prática para tal mudança foi que a busca de glória, fama e honra que eram vistas como pecado na idade média agora eram possíveis e desejáveis no quadro de interpretação humanista.

Por final, a mudança na visão da condição humana acarretou uma consequência histórica mais visível: os humanistas do renascimento se viam em conflito com a escolástica, mesmo que tivessem em comum com ela seu ideal de liberdade política. Primeiro sua dissensão foi no método utilizado pela escolástica que parecia anacrônico demais para os humanistas que desejavam

o estudo das ideias no seu próprio contexto. Em segundo, a luta política por lugares na universidade e a própria mudança de preocupações para o ideário do conhecimento para a vida prática e política serviram como contraponto.

Maquiavel e Morus serão ao mesmo tempo críticos do humanismo clássico como pertencentes ao cenário de ideias desse período. Maquiavel vai ressaltar como ninguém o poder do príncipe em moldar seu próprio destino. Morus ao criar a utopia ressalta a capacidade humana de organizar uma sociedade justa em terra; ambos vão destacar o potencial da capacidade humana, mesmo que com as devidas ressalvas e críticas. Nas próximas duas seções do artigo os dois autores serão relacionados com seu contexto histórico³ e num momento posterior com a interpretação de suas obras por comentadores⁴.

3. A era dos príncipes.

A época de Maquiavel tinha mudado radicalmente da época dos humanistas dos quatrocentos: o contexto histórico era da vitória do despotismo. O período de Maquiavel foi marcado pelo avanço constante e ininterrupto de formas cada vez mais despóticas de principado (SKINNER, 1996, P.134). Em Florença Cosme de Médici regressou do exílio e começou a constituir uma oligarquia política sob seu domínio, porém o passo definitivo do despotismo foi somente quando o neto de Cosme, Lourenço, conseguiu criar o conselho dos Setenta, órgão sob total controle do déspota (SKINNER, 1996, P.136). Os florentinos criaram oposições fortes com tentativas de golpes de Estado para restabelecer a república, porém as tentativas não conseguiram impedir a mudança governamental para o regime do príncipe.

O resultado prático dessa mudança foi alteração nos elementos da teoria política, principalmente a redução de interesse pelos valores republicanos. A vida prática e política eram vistas agora como elemento secundário frente à vida de conhecimento. Não só isso, mas o próprio público para os tratados foi mudado: a população era alvo dos tratados no começo do renascimento foi

³ Para maiores referências de Morus ver A renascença do Norte (SKINNER, 1996, P.213). Para maiores Referências sobre Maquiavel ver a Era dos príncipes (Skinner, 1996, p.134)

⁴ Luis Felipe Miguel, Quentin Skinner e Vinicius Soares serão os principais comentadores usados no artigo.

mudado para o público restrito de príncipes. A virtude agora não era do corpo de cidadãos da república, mas do príncipe que governava.

A principal alteração está no conceito que a população é vista como passiva frente a um príncipe que busca a virtude para controlar o acaso e conseguir deixar um legado de fama, honra e glória. Os valores de forma geral se mantêm, porém o alvo se torna somente um homem e não uma república. A virtude e a conquista do acaso ainda são chaves para os autores dessa época.

A mudança foi radical, no entanto não tinha nada de novo: a literatura de espelhos de príncipes era antiga e se baseava no mesmo preceito de criar um espelho e conselhos para as ações de príncipes. Maquiavel se encontra nesse cenário de ideias uma vez que seu livro é a tentativa de conselhos para a formação de um governante com virtude; sua meta é a mesma dos seus contemporâneos em criar conselhos para a manutenção do governo e a conquista da glória, fama e honra.

A mudança nesse quadro com os humanistas dos quatrocentos está que um bom governante não estimula a liberdade política e sim, no seu lugar, a paz. Num contexto histórico completamente diferente e dominado por déspotas, o ideal republicano de liberdade é desvalorizado frente a um governo que consiga manter o reino estável. Maquiavel segue de forma análoga os passos de seus contemporâneos em ver que a paz ganha destaque no papel do Príncipe; o que pode ser explicado em larga medida pela própria necessidade do período histórico conturbado da Itália.

Os escritores dos espelhos dos príncipes ao ressaltar a virtude dos príncipes se focam na literatura já clássica dos quatrocentos:

“Antes de mais nada, proclama-se que ninguém pode alegar uma genuína virtus se não exibir todas as principais virtudes cristãs bem como as virtudes “cardeais” listados pelos moralistas da Antiguidade. Nesse aspecto da análise, nada vemos além de uma reiteração dos argumentos que já conhecíamos dos escritos de Petrarca e dos humanismos do inícios do Quatrocentos”(SKINNER, 1996 P.147).

Os objetivos da manutenção da paz e conquista da glória se mantêm para Maquiavel e seus contemporâneos, mas sua escala de atitudes e meios

para atingi-los são completamente diferente dos autores do seu período; sua originalidade e crítica do humanismo estão na sua face realista da política. O próprio Maquiavel parece ter consciência na mudança com os autores do seu período: “E porque sei que muitos já escreveram a esse respeito, receio, ao reconsiderá-lo eu, ser tomado por um presunçoso, pois que me aparto especialmente no trato dessa matéria, da trilha seguida por outro” (MAQUIAVEL, 2007, P.73). Maquiavel destaca o caráter violento da vida política que nem sempre poderá ser pautado por valores cristãos e humanistas, mas sim pela violência: “Preconizo que um príncipe não tenha outro objeto de preocupações nem outros pensamentos a absorvê-lo, e que tampouco se aplique pessoalmente a algo que fuja aos assuntos da guerra” (MAQUIAVEL, 2007, P.79).

A visão de Maquiavel vem da sua antropologia negativa dos seres humanos: “Dos homens, em realidade, pode-se dizer genericamente que eles são ingratos, volúveis, fementidos e dissimulados, fugidos quando há perigo, e cobiçosos” (MAQUIAVEL, 2007, P.80). O príncipe não pode agir de forma virtuosa, porque não pode esperar o mesmo dos seus contemporâneos.

A inovação de Maquiavel foi a tentativa de ver o mundo como ele é e não como ele deveria ser: “Não importa como seria o mundo justo, e sim o mundo concreto... Ele mudou a forma de refletir sobre a política porque mudou o local para onde deveria ser dirigido o olhar: em vez das normas morais, das sagradas escrituras ou dos sistemas éticos, o jogo de relações dos poderes”(MIGUEL, 2007, P.59). Isso levou muitos a considerar Maquiavel como um escritor sem ética e a favor da monarquia; essa perspectiva será criticada seguir para situar melhor a inovação de Maquiavel para a teoria política. Somente o livro “O Príncipe” será usado para essa leitura, já que os “Discursos sobre a segunda década de Titio Lívio” tem um caráter claramente republicano e se vê a necessidade de destacar no próprio o Príncipe uma leitura ética e republicana.

O primeiro ponto que se deve ressaltar é o contexto violento e de dominação de déspotas em que Maquiavel vivia: Até que ponto “O Príncipe” não é um livro escrito na necessidade de unificar o país e manter a paz? O

republicanismo seria um segundo passo num país já pacificado. O verdadeiro príncipe de Maquiavel, aquele que está capacitado a alcançar a glória, não age em benefício próprio, mas pelo bem do estado (MIGUEL, 2007, P.47). Skinner chega a conceder a interpretações tradicionais de Maquiavel em que o autor tem: “Um tom conscientemente frio e amoral” (SKINNER, 1996, P.157). No entanto, o autor florentino no fundo da sua teoria ética deseja o mesmo que seus contemporâneos: a paz e a conquista da glória.

O problema principal do autor florentino é que ao destacar o papel da violência, ele percebe que não serão os sistemas éticos tradicionais que permitiram tais objetivos. Em um contexto de violência e guiado por uma antropologia negativa do comportamento humano, a ética de Maquiavel tem um significado específico: a exortação patriótica de um homem que deseja a unificação de seu país como mostrado no capítulo XXVI do Príncipe (2007). Maquiavel defende a dominação da fortuna como os humanistas clássicos e tem no seu rol de objetivos a glória, a fama e a honra. Porém, ele se sente condicionado pelo meio em que vive e seu pessimismo antropológico para dizer que para tal formulação de valores tradicionais não é suficiente.

Pode-se formular até mesmo que existe um republicanismo velado no “Príncipe”: “Maquiavel é um republicano e patriota que admira a ideia de um estado livre, porém- a fim de alcançá-lo- constrói em O príncipe a figura de um ditador de transição- do príncipe novo- capaz de unificar sua pátria, dotá-la de leis justas e preparar o porvir republicano” (SOARES, 2011, P.119).

A figura do ditador vem da antiguidade clássica e é inspirada em um homem que em tempo de emergência poderia por lei usar o poder sozinho para solucionar o problema; talvez da mesma forma como Maquiavel desejava que o príncipe solucionasse os problemas de guerras em seu país: “Maquiavel é um fomentador do governo da lei, mas percebe que, em situações extremas, quando a república tem de perpetuar a sua própria sobrevivência os remédios tem que ser extremos e , portanto, recorre-se à ditadura (SOARES,2011, P.108).

A principal contribuição de Maquiavel está na sua originalidade com a quebra dos valores éticos tradicionais e, principalmente, com a mudança de

foco no seu estudo: o problema do olhar está nas relações de poderes para o autor florentino. O que não quer dizer que ele tenha se tornado um homem amoral, mas que sim ele tenha limitado o otimismo humanista tradicional dos quatrocentos. O homem ainda deveria conquistar a virtude e o republicanismo, desde que limitado por uma antropologia negativa do ser humano e a condição natural da violência nos jogos políticos.

4. Thomas Morus e a Renascença do Norte.

O humanismo dos quatrocentos teve difusão importante no norte da Europa, o que ocasionou diversas inovações na teoria política; Thomas Morus faz parte desse contexto e “A Utopia” pode ser considerado um dos maiores livros humanistas do Norte.

O desenvolvimento da imprensa ajudou o norte da Europa a absorver os estudos de humanidades em oposição à escolástica. Não só isso, mas um número crescente de estudantes das universidades do Norte sentiu a necessidade de seguir para a Itália já com o fim de aumentar seu conhecimento do humanismo (SKINNER, 2006, P.216). O resultado dessa interação foi um confiante humanismo na França, Inglaterra e Alemanha.

A diferença principal está no que foi apropriado e o que foi de radicalmente diferente no humanismo do Norte. O humanismo dos quatrocentos tinha duas preocupações centrais: a necessidade da liberdade política e os perigos dos exércitos mercenários (SKINNER, 2006, P.219). A Europa do norte tinha grandes exércitos nacionais e instituições com pouca familiaridade com o republicanismo, logo tais preocupações tiveram pouco eco nos escritos do Norte. A principal continuidade está no papel da virtude para os governantes e principalmente as técnicas humanistas de considerar o conhecimento no seu próprio tempo; a bíblia e os códigos romanos foram colocados no seu próprio contexto e até traduzidos de forma menos anacrônica. Tais técnicas foram provavelmente o começo para a reforma religiosa que se seguia.

A principal revolução de tal descoberta de método foi à contestação de códigos tradicionais: Até então a ideia do código Justiniano somado ao elevado

prestígio da escolástica significava que conceitos de razão correta e de lei natural haviam sido utilizados universalmente como pedras de toque para a análise de lei (SKINNER, 1996 P.227) A interpretações da Bíblia e dos códigos romanos eram reinterpretados por essa nova metodologia; interpretar o autor no seu próprio contexto ajudou os humanistas do norte a contestar as instituições tradicionais:

“A história tornou-se ideologia: a reflexão política veio mais e mais a fundar-se na exposição de teses opostas sobre o que supunha ser os ditados das várias “antigas constituições”... a mudança na própria base de argumentação política- com o recurso às leis naturais sendo complementado, e mesmo suplantado, pelo recurso ao passado- veio a desempenhar um papel crucial... na formação de ideologias revolucionárias”(SKINNER, 1996, P.227)

O mesmo pode ser dito para a interpretação da bíblia, uma vez que os autores não deixaram de ser cristãos, mas somente a contestar a interpretação corrente da bíblia da instituição da igreja; cerne do que seria a Reforma nasce na incorporação dos métodos humanistas pelo norte. Na Utopia de Morus pode-se ver caso semelhante já que os utopianos vivem uma vida de religião e virtude, porém sem se pautar pela instituição igreja; Morus é inovador ao afirmar a capacidade humana de se criar uma comunidade perfeita sem a ação da religião como forma restrita a instituição eclesiástica. A tradução e os novos métodos dos humanistas ajudam a alterar relações tradicionais de poder no Norte, o que pode ser sentido como contexto histórico para o autor Thomas Morus:

“Uma consequência de grande impacto pode ser percebida: que tanto a organização existente como as pretensões temporais do papado estavam fora de sincronia com os ideais e instituições originais da igreja primitiva... essa descoberta contribui para efetuar uma revolução nas relações que eram tradicionais entre a Igreja e as autoridades temporais” (SKINNER, 1996, P.231).

Além dos métodos, os humanistas do norte também tiveram em comum com o renascimento italiano algumas características; a pressuposição básica de que o conhecimento humanista e um bom governo eram próximos. Os humanistas do norte se viam de certa forma como médicos para uma boa saúde do seu estado, o que pode ser visto na forma de conselhos que eram dados: “Vários humanistas radicais, especialmente na Inglaterra, voltaram sua atenção para os problemas mais gerais da reforma do estado, de preferência aos interesses específicos das classes dominantes. Deles, o maior e mais original foi, naturalmente sir Thomas Morus” (SKINNER, 1996, P.234).

Os humanistas do norte também viam problemas na ação pública, já que os negócios públicos seriam governados por hipocrisia e pelas mentiras. Apesar disso assim como seus antecessores italianos eles tendiam para a união de uma vida virtuosa com uma vida rica em contribuição para o governo. Morus foi exemplo dessa ironia: “-Aos príncipes, meu amigo põem nisto pouca diferença; e, entre estas duas palavras latinas *servire* e *inservire*, vêem apenas uma sílaba a mais, ou a menos.” (MORUS, 2011, P.32). Os príncipes não veriam diferença entre *servidão* e *serviço*, o que fica patente na vida de Morus que escrevia parte da *Utopia* enquanto começava o trabalho para o Rei.

O consenso dos seus contemporâneos se estabeleceu no pressuposto humanista italiano que estaria no trabalho de um humanista trabalhar em direção a um bem comum e o aconselhamento para um governo sadio; os mesmos elementos eram vistos tanto nos humanistas dos quatrocentos quanto nos autores dos espelhos dos príncipes.

A próxima etapa era delimitar qual o problema nos governos da época; os humanistas do norte apontavam para a perda do interesse geral. Os culpados se tornavam os conselheiros do governo assim como bispos e advogados: “Os humanistas tratavam de encontrar culpados a quem censurar por esse colapso generalizado da responsabilidade cívica. Foi essa a principal razão que os autorizou a apresentar uma série de caricaturas tradicionais de advogados extorsionários, de monges preguiçosos e padres ambiciosos” (SKINNER, 1996, P.242).

Morus talvez tenha sido o moralista mais importante ao destacar uma sociedade em que o bem comum fosse a principal preocupação; ele buscava resolver o principal problema do renascimento do Norte referente ao individualismo desenfreado e a queda do interesse em comum. Morus ao criar sua utopia tinha em mente um lugar em que problemas do seu próprio país pudessem acabar: “As instituições da Utopia apresentam-se como soluções para problemas que são os graves problemas ingleses indicados no início do livro: fome, miséria, ociosidade, desigualdade” (MIGUEL, 2007, P.58).

A solução para os problemas para os humanistas do norte estaria no estímulo das virtudes: “Sua exigência básica não era tanto uma reforma das instituições, mas uma mudança de coração” (SKINNER, 1996, P.247). A principal virtude nesse contexto era a devoção; tais pensadores tinham uma clara influência cristã. No entanto, é um cristianismo já mudado pela nova tradução de textos e métodos humanistas que via na formação da república cristã, do bem comum por meio das virtudes, o maior dos seus objetivos.

Morus concorda com essa ideia uma vez que seus habitantes seguem a virtude de um bom governo, mesmo antes de conhecerem o cristianismo; a verdadeira república cristã seria simplesmente viver segundo a virtude buscando o bem comum. Outro pressuposto importante é que havia um destaque maior na paz e na ordem do que um ativismo político; de forma semelhante à mudança ocorrida entre o começo de humanismo dos quatrocentos e os objetivos dos espelhos dos príncipes.

A consequência do pensamento sobre o bem comum e o destaque da virtude é que a nobreza hereditária deveria ser substituída pelo critério de quem tem mais virtudes; a verdadeira nobreza envolveria o desenvolvimento humanista de virtudes e não o legado histórico familiar ou riquezas. Morus terá seu caráter inovador por ser um dos únicos humanistas que leva essa consequência até seu último resultado; uma sociedade igualitária pautada na virtude. Seus contemporâneos tendiam a relativizar esse pressuposto por meio de um jogo de palavras: “De que, se sem dúvida alguma a virtude constitui a única verdadeira nobreza, na prática sucede de que as virtudes serem

demonstradas quase plenamente pelas classes dirigentes” (SKINNER, 1996, P.256).

Os autores da época mantiveram assim seu apoio às instituições e castas da época; se era o estudo humanista que estimulava as virtudes, logo os nobres passaram a frequentar as universidades. O que por sua vez contribuiu para neutralizar qualquer crítica anteriormente feita a virtude que depende somente do legado histórico.

A contribuição inovadora de Morus está em sua utopia ser a crítica mais radical ao humanismo escrita por um humanista (SKINNER, 1996, P.274). Existe uma ambiguidade no livro já que não sabemos se dever concordar com o narrador Hitlodeu ou se com Morus quando discorda desse: “Porque, se de um lado não posso concordar com tudo o que disse este homem... do outro lado confesso sem dificuldade que há entre os utopianos uma quantidade de coisas que aspiro ver estabelecidas em nossas cidades” (MORUS, 2011, P.149).

O começo da argumentação está que Morus segue o pressuposto do renascimento do norte: a virtude estimula o governante e a única verdadeira nobreza é a virtude. Porém sua formulação vai mais longe criticando até mesmo a nobreza da época: “Morus insiste em que, se estivermos realmente empenhados em instituir uma república virtuosa, deveremos abandonar a pretensão de que os nobres de nossos dias sejam homens de autêntica nobreza, e abolir por completo a estrutura social dos “graus”, a fim de garantir que somente os homens de genuína virtude sejam tratados com honras” (SKINNER, 1996, P.277).

O interessante é que Morus foi um radical justamente no lugar em que a maioria dos seus contemporâneos optou por neutralizar suas críticas: a nobreza. Ele leva a sério a crítica de que as virtudes do bem comum junto com a crítica do individualismo criam uma sociedade justa: a desigualdade cria o pecado de orgulho impedindo com que a verdadeira virtude possa ser alcançada. Por isso é tão importante no seu esquema de sociedade que a propriedade não exista e que a ostentação seja completamente renegada; tanto de roupas quanto de ouro.

Morus inovou na teoria política por seguir os mesmos pressupostos, porém com maior radicalidade: “O que é singular na Utopia de Morus é, simplesmente, que ele extrai as consequências da sua descoberta com um rigor que nenhum de seus contemporâneos igualou. Se a propriedade privada constitui a origem do mal-estar em que vivemos, e se nossa ambição básica está em instituir uma boa sociedade, parece inegável, a Morus, que a propriedade privada terá que ser suprimida” (SKINNER, 1996 P.280).

Morus também inovou ao se separar da cultura utópica da sua época em que os milenaristas viam na idade média a possibilidade de que Deus fundasse o governo perfeito na terra. O governo perfeito para Morus pode ser criado por seres humanos entrando em acordos, o que é típico da renovação no pensamento do renascimento: o homem se encontra dotado do poder de dominar a deusa do acaso e determinar seu próprio destino desenvolvendo a virtude. Mesmo Morus seguindo esse raciocínio básico, ele ainda consegue levar radicalmente disso uma utopia sem propriedade ou graus, o que para seus contemporâneos era impensável frente a uma nobreza forte politicamente.

Maquiavel, de forma semelhante, viu no ser humano o mesmo potencial de recriar sua realidade; os dois autores vivem no contexto intelectual do seu tempo, porém ainda criam formulações políticas modernas extremamente criativas e que vão além do seu próprio tempo.

4. Conclusão: Morus e Maquiavel.

A principal diferença entre Maquiavel e Morus talvez esteja no papel da violência nos assuntos políticos: O renascimento do norte de forma geral tendia a criticar o papel da violência seguindo o pressuposto cristão de que todos eram irmãos. A própria Utopia foi feita evitando ao máximo a possibilidade de guerra e não existe pecado maior nessa visão do que o derrubamento de sangue de utopianos. Maquiavel, por outro lado, cria no centro da sua teoria política o papel da violência nos assuntos da política.

Erasmus, companheiro de época de Morus, chega até mesmo a responder opostamente a Maquiavel: se a única forma de manter o governo é ao custo de várias vidas humanas, o governo não deve ser mantido e o

príncipe deve ceder às importunidades do tempo (SKINNER, 1996, P.268). Maquiavel claramente diria o oposto em que manter o estado seria mais benéfico em longo prazo do que ter que cometer ações perversas a curto. Porém, duas ressalvas podem ser feitas a tal distinção. A primeira é que com o avançar do século XVI crescia a violência e cada vez mais se tornava impossível à devoção ideal a justiça ser a única virtude política. Do outro lado, pode-se dizer que Maquiavel era um republicano que via no papel violento do príncipe um papel transitório para um governo de paz.

A semelhança mais importante aos dois, no entanto, é o papel de criação humana: “Já se encontra, aí, um insuspeito ponto de contato entre o realismo de Maquiavel e o utopismo: para ambos, o mundo social é aquilo que seus habitantes fazem dele” (MIGUEL, 2007, P.62). Seguindo a tradição humanista dos quatrocentos ambos têm muito a dizer sobre o papel humano na criação de uma boa sociedade. Seja na perspectiva do Maquiavel em criticar os espelhos do príncipe na sua visão claramente cristã de virtude em oposição a um olhar do autor florentino, realista das relações de poderes e, por outro lado, a força de Morus em enxergar nos próprios humanos a capacidade de criar uma sociedade perfeita sem a ação direta de deus.

O contexto da quebra com a ideia agostiana de que a providência divina determina todo o destino humano ajuda a situar os pensadores, porém nunca a limitar seus achados teóricos somente ao contexto em que viviam. Morus e Maquiavel criaram formulações teóricas criativas a partir do seu contexto intelectual do renascimento. O artigo buscou enfatizar o contexto histórico dos autores para poder situar exatamente em que residia a originalidade de suas formulações; o renascimento do norte e a literatura de espelho de príncipes viram palcos de ideias sobre quais os autores passaram a criar seu pensamento.

Maquiavel criticou as ideias cristãs em oposição a uma vida política que era violenta. No entanto, ele manteve as preocupações dos seus contemporâneos: a busca da virtude, da fama e da glória. Morus criticou a falta de consequência no pensamento dos seus contemporâneos: ele levou até o fim a ideia de que o bem comum decaia por causa da propriedade e da nobreza.

Ele criou uma sociedade sem classes e sem ostentação porque assim ele possibilitaria a verdadeira nobreza: a virtude.

Morus e Maquiavel têm com o humanismo dos quatrocentos uma herança sobre a capacidade humana de moldar seu futuro contra um acaso destruidor; a utopia é feita por homens e a república de Maquiavel pelo príncipe. As ressalvas de radicalismo no caráter de violência e no idealismo da utopia podem ser relativizadas: Maquiavel era um republicano em busca de paz e Morus simplesmente levou a consequência final algo já dito na sua época pelos seus contemporâneos.

Parece que o esboço de conclusão é que ambos faziam parte de movimentos mais amplos como o ideal geral do renascimento sobre a capacidade humana, mas eles conseguiram dentro desse cenário levar os argumentos a lugares criativos: a força da violência na arena política e a construção de cenários políticos ideais construídos pelos homens. Os dois pontos ditos anteriormente mantêm os autores na lista de grandes pensadores da teoria política. Maquiavel, pela teoria realista com foco nas relações de poder e violência que encontra ecos em setores da teoria política contemporânea. Morus na escrita de um projeto político transformador de uma sociedade nova imposta pelos próprios homens que encontra ecos em projetos contemporâneos de utopias ou sociedades novas.

Referências Bibliográficas:

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROTTERDÃ, Erasmo. Elogio da Loucura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. O nascimento da Política Moderna. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

MORE, Thomas. A utopia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Soares, Vinicius. 10 lições sobre Maquiavel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.